



Número: **0823886-05.2017.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **24ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ADEMILSO DOS SANTOS CUNHA (AUTOR)		Alvanete Costa Pereira (ADVOGADO)	
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. (RÉU)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
EUCIMAR PEREIRA GUIMARAES (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
61458 117	12/10/2020 11:04	Manifestação	Comunicações

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN.

PROCESSO Nº **0823886-05.2017.8.20.5001**

ADMILSON DOS SANTOS CUNHA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por sua advogada, vem mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência se **Manifestar** como segue:

A parte Ré ao ser intimada para dar cumprimento a Obrigação, apresentou, petição no **ID 60654513** e cálculos no **ID 60654514**, além do depósito no **ID 60654515** dos autos.

No entanto, a Ré **cumpriu com a obrigação de forma parcial** o que se discorda, Explico.

No dispositivo sentenciante houve a sucumbência recíproca de 10%, contudo a Ré Interpôs Recurso de Apelação, Irresignada com a Decisão de Vossa Excelência.

Pois bem, o Recurso da Ré fora **IMPROVIDO** e a Turma Recursal Majorou os honorários para 15%, portanto, como a Ré não obteve sucesso em seu Recurso, não faz jus á sucumbência, pois, o Recurso, substitui a decisão de primeiro grau.

Sempre que o Recurso for conhecido e julgado pelo mérito recursal, o julgamento substituirá a sentença, ainda que seja para manter o conteúdo da decisão ou mesmo para anulá-la e recomendar que outra seja proferida. Isto porque a partir deste julgamento a sentença deixa de existir e só passa a prevalecer o acórdão que a anulou até que outra seja proferida.

No caso em comento a parte Ré com o seu Recurso Improvido extinguiu todo e qualquer direito existente na sentença de primeiro grau.



Não obstante, agora no cumprimento de sentença a Ré **reduziu** os honorários sucumbenciais em **7,5%**, partilhando-os entre os advogados das partes, com base na sentença de primeiro grau que deixou de existir, sob a alegação de sucumbência recíproca o que não prevalece e se rejeita com afinco.

Portanto, como a Ré não obteve sucesso em seu Recurso, obviamente também o advogado da mesma perdeu a sucumbência, que passa a ser exclusivamente da Advogada da parte vencedora.

Desta forma, o advogado da Ré **NÃO faz Jus a Sucumbência pelas razões óbvias acima**. O qual perdeu a sucumbência anteriormente arbitrada em primeiro grau.

Assim sendo, requer a Vossa Excelência determinar a intimação da Ré através de seu advogado para que complemente o valor dos honorários, ou seja, deposite a diferença de **R\$ 751,04, (setecentos e cinquenta e um reais e quatro centavos)**, sob pena de Bloqueio **ON LINE VIA BACENJUD**.

Por fim requer a liberação do quantum já depositado como segue:

Autor: **R\$ 10.280,57** menos 20% de honorários **R\$ 2.056,11(contrato ID 60106409) - Restando ao autor R\$ 8.224,46** a ser depositado na sua Conta Poupança da Caixa Econômica Federal **Ag. 0035 Op. 013 - Conta 00261070-4**.

Advogada – **ALVANETE COSTA PEREIRA** – CPF 106.302.104.97 - Honorários contratuais **R\$ 2.056,11** mais a sucumbência **R\$ 751,04 - Total de R\$ 2.807,15**, (dois mil oitocentos e sete reais e quinze centavos) **a ser depositado no Banco do Brasil, Conta corrente 121.974-X – Ag. 2874-6**.

Pede deferimento.



Natal/RN, 12 de outubro de 2020

ALVANETE COSTA PEREIRA

OAB/RN 14.093

